

## O reconhecimento como transformação de conflitos\*

MARTÍNEZ GUZMÁN, VICENT (2003): «O reconhecimento como transformação de conflitos», en MASROUR MILANI, FEIZI y RITA DE CÁSSIA DIAS P. JESÚS (eds.) (2003): *Cultura de Paz: Estratégias, Mapas e Bússolas*, Salvador, Edições Inpaz, 217-227.

*Vicent Martínez Guzmán*<sup>1</sup>

*Universitat Jaume I*

Vamos iniciar nossa reflexão usando a fantasia. Os seres humanos têm necessidade de usar a fantasia. Tantas e tantas vezes nos dizem que “é lógico” que as coisas sejam de uma maneira determinada. “Logicamente”, os homens sabem mais que as mulheres como interferir nos assuntos públicos. As mulheres, as pobres, já estão bem na esfera privada do lar, cuidando das crianças, da casa. “Logicamente” se deveria bombardear a Sérvia para salvar os direitos dos albanos-kosovos e, além do mais, deveria tê-lo feito a OTAN, encabeçada pelos Estados Unidos, sem consultar sua própria ONU. Um bombardeio humanitário (*sic*). “Não havia outro remédio” é a expressão em espanhol para dizer “logicamente”. “Logicamente” sempre haverá guerras e ricos e pobres, e excluídas e excluídos. Essa é a “condição humana”.

No entanto, com base no mesmo autor que se considerava o promotor da noção de subjetividade moderna que hoje nos parece insuficiente; do mesmo autor que buscava a unificação do método de todas as ciências, tomando como modelo as matemáticas, aprendemos a duvidar, a por em questão a afirmação de que haja só uma lógica. No processo de dúvida que Descartes promoveu, abre-se a possibilidade de outras lógicas, outras maneiras de ver as coisas, outras relações entre os conceitos,

---

\* Esse texto é uma tradução feita por Martha J. Rabbani do original publicado em espanhol no livro Martínez Guzmán, V. (2001) *Filosofía para hacer las paces*. Madrid: Icaria.

<sup>1</sup> Este trabalho consiste nas reflexões escritas de umas sessões muito dinâmicas desenvolvidas com os alunos do Projeto Now da Universidad Jaume I em Maio de 1999. Meu “reconhecimento” por suas reflexões e sugestões. Ele também forma parte do projeto de investigação PB97-1419-C02.02 financiado pelo Ministério de Educação e Ciência.

muitas maneiras de dar razões. Descartes duvida, ainda mais, da própria matemática, de que 2 e 3 sempre somem 5. E se há outra maneira de pensar, outra maneira de ver as coisas, outra maneira de ser consciente, outra consciência (um gênio maligno? um Deus?) que sabe que me engano cada vez que somo 2 e 3, e deixa que me engane?

Talvez essa dúvida possa resultar fantasiosa, mas dá uma responsabilidade à filosofia. A responsabilidade de por tudo em questão, de buscar alternativas, inclusive frente à lógica inexpugnável das matemáticas. E se tivéssemos dado ouvidos aos movimentos civis pacíficos, reivindicando a autonomia de Kosovo, quando Milosevich a cancelou em 1989? E se depois da guerra de Bósnia se houvesse julgado internacionalmente aos criminosos de guerra, incluído Milosevich, como pediam as organizações pacifistas no Manifesto de Verona? E se não fossem vendidas armas às partes, nem financiado o Exército de Liberação de Kosovo? E se, relegando as mulheres à esfera privada e reservando-lhes valores de “menor categoria” que os da justiça, a racionalidade e o direito (coisas de homens), perdêssemos todos os seres humanos em cuidado, ternura e carinho? Não porque as mulheres tenham esses valores “naturalmente”, senão porque na construção social de gênero, temos minimizado seu valor e os relegado, junto com os seres humanos femininos, a um segundo plano. E se a condição humana é mais complexa que as instituições para fazer a guerra e somos capazes de fazer as pazes de muitas maneiras diferentes? A reflexão filosófica é sempre uma provocação que põe em questão as lógicas que se consideram elas mesmas inexpugnáveis.

Contudo, se falha a Lógica, temos a Fantástica. Gianni Rodari (1976) é um inventor de histórias para crianças, um fantástico. Sabemos que há uma Lógica mas o que agora se trata é de outra lógica, de uma fantástica. A fantástica seria a *arte de inventar* (p.5). A imaginação levada ao poder e à educação. Aplicado à paz: a guerra já é uma instituição, devemos inventar a paz, imaginá-la, iluminá-la. Etimologicamente, isso é o que significa *fantasiar* sobre a paz: dar uma nova luz ao que nos está ocorrendo, que “apareçam” as coisas de outra maneira (do verbo *phaino* em grego). Rodari pensava que suas páginas podiam ser úteis aos que acreditam

[...] na necessidade de que a imaginação ocupe um lugar na educação; a aqueles que têm confiança na criatividade infantil; que conhecem o valor de liberação que pode ter a palavra. ‘O uso total da palavra para

todos' me parece um bom lema, de belo som democrático. Não para que todos sejam artistas mas para que ninguém seja excravo. (p.9).

Usando a imaginação, Rodari (1995) nos fala da necessidade de reconhecimento que têm os seres humanos, através de Tonito, um menino que foi ao colégio sem saber a lição e, dada sua preocupação, desejava ser invisível. De repente, quando o professor fez a chamada, não o viu e Tonito percebeu que havia se tornado invisível. Começa então a fazer travessuras dando voltas pela classe, puxando o cabelo de seus colegas e derrubando lápis e canetas. Subiu ao ônibus sem pagar. Começou a se incomodar quando uma senhora com uma cesta de compras lhe sentou em cima, “não lhe reconheceu”. Seguiu, todavia, realizando seus desejos de invisibilidade. Entrou em uma doceria e comeu doces de mãos cheias, frente a surpresa do padeiro. Depois voltou ao colégio para ver seus amigos mas ninguém lhe percebia, “não lhe reconheciam”. Um pouco cansado e desanimado chegou à sua casa e viu seus pais preocupados porque ele não chegava, porque não lhe viam. Gritou-lhes que estava ali mas “não lhe reconheciam”. “Não quero ser invisível nunca mais – se lamentava Tonito com o coração destroçado em mil pedaços. Quero que meu pai me veja, que minha mãe brigue comigo, que o professor me peça a lição. Quero brincar com meus amigos. Que ruim é ser invisível! Que mal é estar só!”

Usando a imaginação, aprendemos sobre a necessidade de reconhecimento. Certamente nós seres humanos nos incomodamos uns com os outros. Muitas vezes queremos estar sós, entramos em conflito com os outros, nos chocamos. Ao mesmo tempo, no entanto, nos necessitamos. Kant dizia que os seres humanos se caracterizam por uma “insociável sociabilidade” (Martínez Guzmán, 1997b). Às vezes somos como a pomba que pensa quão bem voaria sem a resistência do ar, ignorando que pode voar graças a essa resistência e que, do contrário, cairia. A árvore no meio do bosque pode pensar quão erguida cresceria se não lhe atrapalhassem as outras árvores, ignorando que, graças à interação com elas, seu tronco sobe e sobe para poder “respirar” melhor, para ter a luz do sol e realizar sua função clorofílica.

Nós seres humanos nos necessitamos e nos incomodamos. Em nossas relações entramos em conflito, chocamos. Conflito, etimologicamente, alude a “chocar”, inclusive a “dar-se um empurrão”, ainda que também a lutar ou bater-se. No dicionário espanhol de Maria Moliner, a primeira definição de conflito se refere diretamente ao

“combate”: “Momento mais violento de um combate”; ainda que também deixa uma margem aberta à reflexão: “Momento em que o combate está indeciso”. Em espanhol um conflito se pode “causar”, “mover”, “ocasionar”, “promover”, “suscitar”. As preposições que acompanham ao conflito são “de”, ou “entre”. Podemos “estar em conflito” ou “ter um conflito”. Se relaciona com oposição, desacordo, luta. Proponho analisar situações em que se aproveite a “indecisão” como uma forma de manejar os conflitos. A última definição aproveita essa indecisão: “Situação em que não se pode fazer o que é necessário ou na qual não se sabe o que fazer”.

Em minha interpretação, essa margem de indecisão ou de não saber o que fazer é um indicador de que as relações humanas são mais complexas do que uma simples interpretação negativa dos conflitos poderia apresentar. Este momento de indecisão alude à intuição que têm os seres humanos de que as coisas que nós fazemos poderiam ser de outra maneira. Kant dizia que todos temos uma “obscura metafísica moral”<sup>2</sup> segundo a qual somos capazes de comparar como nós fazemos as coisas com como poderíamos fazê-las. Acredito que nessa última definição do conflito se reflete como, na experiência humana, temos essa intuição moral à que aludia Kant: às vezes “temos a impressão” de que deveríamos fazer as coisas (nossas ações) de outra maneira.

Por outro lado, e apesar da carga negativa da palavra conflito a que o próprio dicionário se refere, o conflito é sempre uma mostra da interdependência dos seres humanos. O próprio prefixo “co” que acompanha ao sufixo “flito”, procedente do verbo latino que significa como dissemos chocar e bater, gera interdependência: o conflito se dá quando chocamos ou nos batemos uns *com os outros*. Também as preposições que acompanham ao conflito, “de” e “entre”, implicam interdependência.

Parece pois, que podemos vislumbrar um significado positivo para o conflito. *O conflito como um indicador da interdependência das relações humanas pode ser positivo, inclusive criativo.* Além do mais, se apresenta inerente às relações humanas.

---

<sup>2</sup> Há muitas maneiras de se relacionar as palavras «ética» e «moral». Etimologicamente, a palavra latina é *mos* e vem a traduzir a palavra grega *ethos*. Nesse sentido ambos se referem ao mesmo. No entanto, é comum, e assim acredito que se tem feito nos documentos do Projeto Now sobre mediação, considerar que “morais” pode haver várias porque se refere às formas concretas, religiosas, ideológicas, comunitárias etc. em que se valoriza o que está bem e o que está mal, enquanto que “ética” seria a reflexão filosófica mais “universal” sobre as diferentes morais, incluindo a proposta de uma moral ou ética de mínimos compatível com a pluralidade de morais ou éticas de máximos. Me ocupo dessas distinções e algumas mais em Martínez Guzmán (1997a). Nesse artigo utilizo indistintamente moral e ética para me referir às

As relações humanas são intrinsecamente conflitivas: nós seres humanos nos chocamos, nos topamos uns com os outros. Desse choque pode surgir a anulação das outras e outros ou a transformação criadora entre as próprias tensões dos conflitos.

O papel criador e transformador do conflito não nos exime de tensões, indecisões e de não saber o quê fazer. Para isso necessitamos também uns dos outros.

Aqui surge o papel da *mediação*. Quem media em um conflito, intervém, vem a pôr-se entre as partes, se põe no meio, intercede. De minha proposta de reflexão filosófica, quem media deve *reconhecer* as intuições morais das partes em conflito e provocar sua explicitação. As próprias partes em conflito são competentes moralmente e sabem que podem fazer as coisas de outra maneira. Se trata de interceder para *reconstruir* as alternativas conjuntamente, para ampliar a visão do conflito, para transformá-lo sem a anulação das outras ou dos outros. No restante desse trabalho vou me aprofundar filosoficamente na reconstrução da normatividade do que nos podemos pedir uns aos outros, a partir da experiência moral e das experiências de reconhecimento, para transformar os conflitos. Antes, vou resumir algumas idéias fundamentais sobre os conflitos tomadas da Investigação para a Paz.

## **2. A mediação entre a resolução, a gestão e a transformação de conflitos**

A Investigação para a Paz, com a qual estamos trabalhando, tem desenvolvido toda uma disciplina, chamada inicialmente Resolução de Conflitos, como forma de buscar uma convivência em paz. De fato, as primeiras investigações sobre a paz nos anos 30, eram mais um estudo da guerra como conflito e levaram aos estudos dos conflitos interpessoais e sua aplicação aos conflitos entre comunidades e estados. Foi assim como surgiu a importante revista *Journal of Conflict Resolution*.

---

características gerais de fazer valorizações morais ou éticas de todos os seres humanos. Não me refiro a nenhuma moral concreta.

O que me interessa nesse contexto, é fazer um pequeno balanço de alguns avanços desses estudos sobre os conflitos e o que estou aprendendo em minhas reflexões filosóficas sobre a investigação para a paz.

Em primeiro lugar, há uma importante relação entre conflito e cooperação estudada por Rapoport (1992) e que resumo no seguinte quadro:

### Conflito e Cooperação

1. Em ambos há *reciprocidade*, que supõe *reconhecimento* mútuo, inclusive de indivíduos egoístas que tendem a cooperar para ganho próprio. Há uma *racionalidade estratégica* que como tal não supõe todavia compromissos éticos, apesar da reciprocidade e do reconhecimento. Se divide em racionalidade individual e coletiva.

2. Segundo a racionalidade coletiva se pode *cooperar com o conflito* para ganhar, ainda que seja pouco e com o risco de todos sairmos perdendo. Conflito e cooperação são as duas caras da mesma moeda.

3. Ambos dependem da maneira como *percebemos* o mundo. O conflito estimula a cooperação e vice-versa, como contraste figura-fundo. Exemplos: o ato sexual, a “mão invisível” do liberalismo econômico, a guerra, a solidariedade corporativa...

4. A percepção pode ser educada, modificada. Fomentar a consciência de *problemas comuns*.

5. Aprender a *pôr-se no lugar do outro, compreender* ao oponente.

6. O conflito é a percepção da contradição e a cooperação é a percepção da identidade, mas a contradição e a identidade são complementares.

1) É fundamental a relação entre conflito e percepção. Também é fundamental que a mediação ajude a explicitar aos envolvidos sua própria percepção da situação.

Lederach (1984) considera que a forma em que os envolvidos percebem o conflito, os objetivos, as intenções e os motivos do outro, determinará quase sempre a intensidade do conflito. Muitas vezes a regulação do conflito tem a ver com o esclarecimento das percepções e compreensão da outra ou do outro. No conflito se dá o paradoxo de que *os seres humanos para cooperar devemos entrar em contenda, devemos entrar em conflito*. Por isso já não podemos definir o conflito como uma oposição. No conflito somos co-partícipes, co-operamos, trabalhamos conjuntamente. Nesse sentido, e ainda que pareça um paradoxo, *o conflito é positivo e necessário para o crescimento do ser humano*. A vida sem conflitos seria uma sociedade de robôs, cujos membros teriam perdido a diversidade e singularidade que nos distinguem como humanos.

- 2) Proponho fazer um exercício lingüístico dos campos semânticos ou das redes conceituais, os sinônimos e antônimos, que relacionariam conflito com cooperação. Algumas palavras poderiam ser as seguintes, *Conflito*: reciprocidade, reconhecimento, egoísmo, jogo, racionalidade, estratégia, ganho de alguns, alianças, percepção, criatividade, educação, problemas comuns, se por no lugar do outro ou outra, compreensão, contradição, interação, objetivos incompatíveis, escassez de recursos ou recompensas, interferências de outros, interdependência, é positivo, pode ser destrutivo, regulação; *Cooperação*: reciprocidade, reconhecimento, egoísmo, jogo, racionalidade, estratégia, ganho de todos, alianças, percepção, criatividade, educação, problemas comuns, se por no lugar da outra ou outro, compreensão, identidade, interação, interdependência. É curioso que nessa lista de características vemos mais elementos compartilhados que distintos. Talvez por esse motivo Lederach afirme que o conflito é positivo e necessário para o crescimento do ser humano.
- 3) Por outra parte, parece que entramos em conflito quando “o que eu quero” choca com “o que outras e outros querem”. *“Poder fazer o que quero” relaciona o conflito com o poder* (Boulding, 1992). Individualmente o poder é a capacidade de conseguir o que se quer. Socialmente, é a capacidade de conseguir objetivos comuns por parte de famílias, grupos, organizações, estados etc. Nesse caso se deve levar em conta as opiniões e decisões humanas. Poder, neste caso, é poder decidir sobre o que quero ou queremos. O poder está relacionado com a noção de limite ou fronteira de nossas possibilidades. O conflito explode quando alguns reduzimos a outros às fronteiras

de nossas possibilidades. Ainda que as categorias de poder não sejam nítidas e possam se misturar, temos, de acordo com Boulding, o poder *destrutivo*. Por exemplo, as armas são fruto de nosso poder destrutivo. Os arados, no entanto, tem ao mesmo tempo um poder destrutivo e um poder *produtivo*. Um ovo fertilizado “pode” produzir pintinhos; nossos projetos, idéias, ferramentas e máquinas podem ser produtivos. Como parte do poder produtivo temos o poder *integrativo*. Temos capacidade de construir organizações, formar famílias, unir as pessoas, inspirar lealdade, legitimar. Este poder, entretanto, pode também ser destrutivo: criamos inimigos, brigamos uns com os outros. Devemos ser conscientes de quão próximos estamos da destruição tratando de integrar ou de destruir produzindo, ou de produzir destruindo. A conduta mais relacionada com o poder destrutivo é a *ameaça*, com o poder produtivo é o *intercâmbio*, com elementos de destruição e integração. A conduta mais intimamente ligada ao poder integrativo é o *amor*. “Faça algo por mim porque me amas”: um cônjuge ao outro, um dirigente ao seu seguido. Talvez se possa falar também de *respeito*. Existem vários tipos de resposta e de reação. Por exemplo, você pode me dizer “não me peças tanto que não te amo tanto”; ou eu posso lhe dizer “me ame: veja o que tenho feito por ti”. Nesse último caso, o amor fica reduzido ao intercâmbio. O amor se relaciona com outras estruturas integradoras como o orgulho, a vergonha e a culpa. Aqui o elemento destrutivo aparece no poder de “ferir”: “você feriu meus sentimentos”. Outro elemento destrutivo é o ódio.

- 4) A denominação mais acadêmica no estudo dos conflitos tem sido *resolução de conflitos* (Lederach, 1995). Essa denominação se baseava na necessidade de compreender a evolução e a finalização dos conflitos. Assim, tratava-se de desenvolver estratégias e habilidades para se enfrentar a seus frequentes resultados destrutivos. Não obstante, a terminologia “resolução” parecia dar a impressão de que o conflito era algo não desejável, que devia ser eliminado ou, pelo menos, reduzido. As críticas perguntavam se realmente podemos “resolver” um conflito ou se sua “resolução” é, em muitos casos, um objetivo desejável. Parece que, muitas vezes, um conflito é terminado e se criou a harmonia a custa da justiça. Nesse caso, não se alteram as causas estruturais, apenas se freia a confrontação.

Outra denominação tem sido a de gestão (*management*) de conflitos. Em nossa mentalidade ocidental parece que os conflitos seguem determinados modelos e



dinâmicas que podemos entender, prever e regular. Há um esforço por considerar o conflito algo natural, parte das relações humanas, e que deve ser “gerido”, “manejado”. Se reconhece que os conflitos não são resolvidos no sentido de nos “desfazermos” deles. Se enfatiza, mais bem, suas consequências e componentes destrutivos. Neste caso, porém, as objeções se centram em que realmente a ação e a interação humana não se manejam da mesma forma que manejamos as coisas do mundo físico. Do ponto de vista dos estudos sobre os processos de pacificação (*peacemaking*), temos que questionar de novo a *relação entre o manejo dos conflitos e os critérios de justiça*. Do ponto de vista do trabalhador pela paz, este enfoque se centra demasiado nos aspectos práticos e técnicos.

- 5) Relacionada ainda mais intimamente com os processos de pacificação está a denominação *transformação de conflitos*. Aqui interessa não apenas eliminar ou controlar o conflito, mas *descrever* sua natureza *dialética*. O conflito se considera um fenômeno que transforma os acontecimentos, as relações humanas nas quais ocorre, incluindo os seus próprios criadores. O conflito é um elemento necessário na construção e reconstrução humanas transformadoras das realidades e organização social. É por isso que podemos prever certas fases nessa sua capacidade de transformação. Suas características poderiam ser as seguintes:
  - A) A transformação dos conflitos *altera as formas de comunicação*. Em momentos de alta tensão, a transformação e a *mediação* consistem em recuperar as possibilidades de comunicação entre as partes.
  - B) Do mesmo modo, a transformação *altera a auto-percepção e a percepção dos temas que produzem o conflito*. A falta de uma percepção ampla e generosa da situação leva a uma compreensão pouco exata das intenções das outras pessoas e diminui nossa capacidade de articular com clareza nossas próprias intenções. Ainda do ponto de vista psicológico, uma percepção inadequada causa dano à concepção de nossa própria identidade e auto-estima e favorece a manutenção da imagem criada da inimiga ou inimigo.
  - C) Finalmente, a transformação dos conflitos ajuda na *descrição de sua natureza dialética*. Assumir essa natureza dialética é o que faz com que a descrição de um conflito não seja mera descrição, mas também o destaque da *natureza prescritiva da*

*reconstrução das maneira de perceber os conflitos*. Se o conflito não se transforma e se mantém inalterável, pode seguir modelos destrutivos. Pelo contrário, no marco das relações pessoais, a transformação produz uma mudança nas expressões ofensivas e mutuamente destrutivas para torná-las em outras mutuamente benéficas e cooperativas. Da perspectiva institucional, pode-se produzir uma transformação do sistema e da estrutura na qual se dão as relações, aproveitando a energia e o impacto do próprio conflito. A transformação do conflito, portanto, *descreve* sua dinâmica e *prescreve* alternativas.

- 6) Uma outra proposta (Bush y Folger, 1994: 83 ss.) considera que um conflito é um desafio, uma dificuldade ou uma adversidade com a qual as partes devem lidar. Do ponto de vista *pessoal*, um conflito nos dá a oportunidade de esclarecer nossas próprias necessidades e valores, aquilo que nos causa satisfação ou que não nos satisfaz. É a ocasião de descobrir e forçar nossos próprios recursos para enfrentar nossas preocupações. Os conflitos, definitivamente, oferecem às pessoas a oportunidade de desenvolver e exercer a *auto-determinação, independência e confiança em si mesmas*. Por outro lado, do ponto de vista da necessidade de *reconhecimento das outras pessoas*, um conflito enfrenta cada parte com uma “outra/outro” que, de uma situação diferente, mantêm pontos de vista contrários. O conflito nos dá a oportunidade de reconhecer as perspectivas dos outros seres humanos, de sentir e expressar um grau de compreensão e preocupação pelo outro e outra, apesar da diversidade e do desacordo.

Desse modo, a transformação do conflito busca o *crescimento moral* de duas dimensões, a do *empoderamento e a do reconhecimento*. Em outras palavras, a dimensão da recuperação do próprio valor, das próprias capacidades, do *próprio poder (empowerment)*, em interação com a recuperação do *reconhecimento* da outra e do outro. Como alternativa a uma visão individualista dos conflitos, propõe uma visão do mundo *relacional*. Esses autores entendem o crescimento moral desde a perspectiva das éticas feministas do *cuidado*, da atenção, da ternura e da compaixão pelos outros seres humanos (Gilligan, 1986). Os autores que estou mencionando, Bush e Folger, recomendam aproveitar os momentos em que temos certa intuição moral em relação ao crescimento moral nas dimensões do empoderamento próprio e do reconhecimento dos outros seres humanos, para *reconstruir* os valores que transformariam os conflitos, assumindo que a realidade social é construída.

De minha parte, vou finalizar essas reflexões com uma reconstrução da normatividade a ser seguida para transformar os conflitos. Utilizarei os instrumentos da fenomenologia comunicativa da experiência moral e da teoria filosófica do reconhecimento.

## **1. A reconstrução normativa da experiência moral cotidiana: o reconhecimento como mediação**

Em primeiro lugar, aprendemos da reconstrução normativa da experiência cotidiana que *os seres humanos somos causa de nossas próprias ações. Somos, portanto, capazes de responder sobre elas, de assumir nossas responsabilidades*. Da análise simples de uma situação na qual me vejo atirando uma pedra, interpreto que “eu mesmo sou a causa de haver atirado a pedra”. Na história da filosofia e da ciência ocidental, no entanto, temos utilizado esse modelo para generalizar e temos afirmado que “tudo o que sucede tem uma causa”. Depois temos aplicado este princípio aos seres humanos, esquecendo a experiência inicial de que procede e chegamos a duvidar que sejamos causa de nossas próprias ações e, conseqüentemente, que tenhamos alguma responsabilidade, para não dizer liberdade.

Assim, afirmamos *teologicamente* que os seres humanos são só causas segundas, porque a causa primeira é só Deus; ou dizemos *cientificamente* que, definitivamente, todas nossas ações estão determinadas pelo funcionamento da própria natureza. Do mesmo modo, se éramos *espiritualistas*, dizíamos que nossas ações eram consequência de uma “ação espiritual interna”, da Vontade ou o que fosse; se éramos *materialistas* dizíamos que, no fundo, todas nossas ações se reduzem a “simples movimentos físicos”. (Martínez Guzmán, 1986).

De acordo com nossa experiência, porém, “eu” me vejo como causa de minhas ações e as outras e os outros nem sempre aceitarão minhas desculpas se não lhes agrada o que fiz. As ações humanas não podem reduzir-se a simples movimentos físicos, assim como a ação de dizer algo não pode reduzir-se a simples movimentos com a língua ou a meros ruídos da garganta. Tampouco podem reduzir-se a atos espirituais internos, como dizer uma promessa não é nenhum ato espiritual interno mas assumir um compromisso, por parte de quem promete, de que fará algo. As outras e os outros sempre podem nos

pedir conta do que nos fazemos uns aos outros porque a experiência original é uma atribuição de responsabilidade (Austin, 1975).

Nos atos de fala se vê claramente este sentido original de causa, segundo o qual nem sempre nossas desculpas são aceitáveis. Há uma dimensão do que dizemos que tecnicamente se chama *ato perlocucionário* e consiste nas consequências do que dizemos uns aos outros. O “eu” que realiza a ação de dizer algo entra inevitavelmente em cena. Sempre podemos perguntar a quem disse ou a quem fez algo e a resposta em nossas línguas sempre é o “eu” agente quem se dá conta de sua responsabilidade e a quem pedimos responsabilidade (Austin, 1971).

Há ainda outra dimensão nos atos de fala que mostra a forte ligação que temos uns seres humanos com os outros, os fortes sólidos laços que nos unem uns e umas a outras e outros. Essa dimensão a chamamos tecnicamente *força ilocucionária* ou *dimensão performativa* do que dizemos uns aos outros. Dizer é fazer e quando dizemos algo o que importa é o que nos fazemos uns seres humanos aos outros, ao que nos comprometemos ao dizer o que dizemos. Não interessa somente o significado do que dizemos mas com que força o dizemos: é uma promessa, uma ameaça, uma advertência, um enunciado?

A força ou ato ilocucionário do que fazemos ao falar nos liga solidamente com nossos interlocutores por meio dos chamados *efeitos ilocucionários*. Para que se produza a comunicação deve-se dar um dos efeitos ilocucionários chamados de *apreensão* ou *compreensão* por parte do ouvinte das intenções e convenções que seguimos quando dizemos o que dizemos. Se digo que prometo, me comprometo a cumprir. O ouvinte que compreende que o que acabo de dizer é uma promessa e não, por exemplo, uma advertência, tem todo o direito do mundo de exigir-me que cumpra minha palavra. O efeito de compreensão se dá quando o ouvinte compreende a força com a qual eu disse o que disse. A força e os efeitos ilocucionários explicitam o fenômeno da forte ligação sólida que têm os seres humanos e que se apresenta quando nos comunicamos.

Proponho chamar esse fenômeno de sólida ligação entre seres humanos que se comunicam *solidariedade comunicativa ou pragmática*. Pragmática porque se dá na prática da comunicação, ou seja, nós seres humanos, quando nos comunicamos e

possibilitamos a compreensão, mostramos a sólida união, a solidariedade que nos liga uns aos outros e que torna possível a comunicação. É por isso que louvamos as pessoas que “têm palavra” ou exigimos que se cumpra a “palavra dada”. Nesse sentido, quando há comunicação, a solidariedade se apresenta originária às relações humanas. A solidariedade não é algo que se acrescenta porque somos bons, temos bons sentimentos, somos muito religiosos ou muito humanitários. Ela é intrínseca às relações humanas de comunicação.

A violência começa com a ruptura dessa solidariedade comunicativa, com a falsidade e a insinceridade de quem fala que não assume a responsabilidade do que faz e diz, que não responde pelo que faz e diz. Ser responsável é responder pelo que se faz e se diz. A violência também é a desatenção de quem escuta, a falta de cuidado frente ao que se fala, não ouvir o que se diz, romper a relação estabelecida através do efeito ilocucionário de compreensão. A violência definitivamente começa quando evitamos a atitude performativa, que é a atitude que assume os compromissos do que nos dizemos e fazemos uns aos outros.

A violência começa com a falta de reconhecimento de uns e umas em relação a outras e outros como seres competentes para se comunicarem. Acredito que a mediação deve considerar o aumento da violência nos conflitos por falta de reconhecimento uns dos outros como interlocutores válidos, por falta de comunicação, por falta de compreensão da força ilocucionária com que nos dizemos as coisas, por abandono da atitude performativa que nos compromete e responsabiliza pelo que nos dizemos e nos fazemos. A solidariedade não se cria mas se reconstrói quando reconstruímos o que nos podemos pedir uns e umas a outros e outras, quando reconstruímos a normatividade de como poderíamos fazer-nos as coisas.

Da fenomenologia da experiência moral cotidiana, e tendo em conta as características da atitude performativa (Habermas, 1985; Strawson, 1995), podemos transformar os conflitos reconstruindo o que nos poderíamos fazer uns seres humanos a outros a partir de três perspectivas: a de como me sinto pelo que me fazem, a da indignação que sinto pelo que uma segunda pessoa faz a uma terceira e da perspectiva de como me sinto pelo que faço ao outro

Acredito que são três boas perspectivas para a mediação. As três perspectivas estão interconectadas por uma sorte de conexões humanas, mais que por algum tipo de relação lógica. Se eu fosse um santo, talvez só me preocupasse pelo que faço e pelo que fazem umas pessoas às outras. Se fosse um egoísta absolutamente só me preocuparia pelo que fazem a mim. Sou humano, porém, com minha formação masculina, branca, do Norte e sou do “povo”. Consequentemente, há como uma interdependência entre as três perspectivas, de modo que é verdade que muitas vezes me preocupa com o que fazem a mim, mas também me sinto indignado pelo que algumas pessoas podem fazer a outras e me sinto responsável pelo que eu mesmo faço aos outros.

Assim, a partir dessas três perspectivas, podemos explicitar as normas, a normatividade do que poderíamos nos pedir uns aos outros, das expectativas que geramos uns sobre os outros quando nos interrelacionamos. Precisamos nos educar nessa capacidade de adotar as três perspectivas, devemos recuperar nossa capacidade de indignação, *mediar* para que outros a recuperem, assim como recuperar a assertividade e ajudar a recuperá-la pelo que se faz a nós, e a responsabilidade pelo que podemos fazer.

Podemos *mediar* para a reconstrução normativa de quando ser assertivos, quando sentir indignação ou quando assumir responsabilidade. Evidentemente, tanto a transformação como a mediação dos conflitos destas três perspectivas supõe o *reconhecimento* da capacidade, do poder, da competência, dos seres humanos para adotar as três perspectivas a partir da atitude performativa. Não reconhecer essas capacidades e essas competências é excluir aos seres humanos do que consideramos os limites de nossa comunidade moral. Essa é a nossa atitude quando dizemos que somos “objetivos”. A objetividade nos distancia do compromisso performativo com as outras pessoas. Não reconhecer as capacidades ou poderes das outras pessoas, é não considerar a alguns seres humanos capazes de ter aquela obscura metafísica moral, as intuições morais que fazem com que atuem moralmente e nos peçamos uns aos outros atuar moralmente. Daqui se deriva a necessidade da interação entre o reconhecimento e o empoderamento, de recuperar a assertividade para ser considerados como ser humano e *poder* atuar como tal.

A reconstrução normativa da fenomenologia da experiência moral também pode nos levar a refletir sobre as *formas de reconhecimento* (Honneth, 1992; 1997a; 1997b). Nesse caso, a *mediação* poderia partir das experiências nas quais as partes em

conflito sentem alguma forma de desprezo, pensam que sua dignidade não foi considerada, se sentem ofendidas. Na tradição de Kant poderíamos dizer que as pessoas pensam que atentaram contra sua dignidade quando se lhes *falta o respeito*. “Respeito” etimologicamente tem que ver com *spectare*, com ver, considerar. Por isso podemos falar ao respeito, ou podemos ser desconsiderados. No sentido de Kant estaríamos atentando contra a dignidade de um ser humano quando não o consideramos como “fim em si mesmo” mas como “meio” para conseguir outra coisa. Teria um sentido de reconhecimento moral, reconhecendo aos seres humanos como sujeitos capazes de intuições morais. Teria, inclusive, um sentido de reconhecimento jurídico dos seres humanos como sujeitos de direitos.

Honneth amplia o estudo do reconhecimento inspirado em uma proposta de Hegel de três formas de reconhecimento, a partir de três formas de menosprezo. Esta reflexão é importante para a mediação porque parte da tese que estamos mantendo de que os conflitos humanos e sua transformação podem ter uma dimensão criativa para as relações humanas.

Certamente em nossa tradição ocidental o reconhecimento tem se baseado muitas vezes, no reconhecimento exigido pelos que tinham algum tipo de privilégio ou hierarquia. No entanto, a partir de Hegel, interpretamos que o reconhecimento da dignidade das pessoas excluídas ou marginalizadas não se consegue por gentil doação dos privilegiados, senão nas *lutas pelo reconhecimento* que se produzem nos movimentos sociais. As rebeliões dos escravos, a revolução do proletariado, as demandas dos movimentos feministas, indígenas, étnicos, constituem lutas pelo reconhecimento no marco de uma concepção criativa do conflito, a partir do qual podemos aprender a transformar essas lutas de formas não violentas.

O primeiro tipo de desprezo é *atentar contra a integridade física da pessoa*. Se refere àquelas formas de maus tratos práticos nos quais uma pessoa é privada pela força de toda oportunidade a dispor livremente de seu próprio corpo. É a degradação mais fundamental, não só pelo dano físico mas pela alteração da identidade que se configura desde o domínio sobre o próprio corpo. A tortura ou a violação, além de dor física, produzem o sentimento de estar à mercê de outro, ao ponto de estar privado de todo sentido de realidade. A pessoa ferida em sua identidade corporal perde a confiança em si mesma. A alternativa que supõe a recuperação da auto-confiança perdida se baseia

nas relações de *amor* e *amizade*. Acredito que aqui são fundamentais as éticas feministas do cuidado. A mediação, nesse caso, tem que colaborar na recuperação emocional das partes, pois o desprezo mostra uma necessidade de afeto na qual a valoração do próprio corpo joga um papel fundamental, inclusive na constituição da identidade pessoal.

O segundo tipo de desprezo é o que estaria ligado ao sentido kantiano de falta de respeito como falta de posse dos direitos e exclusão da comunidade jurídica. Aqui as partes que se sentem excluídas, não apenas deixam de ter confiança em si mesmas, como perdem o auto-respeito ao se considerarem excluídas da comunidade de reconhecimento jurídico e moral. É assim como se cria uma marca no qual os que se consideram “legal” são os que são como nós - e não como os “outros” - que “disfrutamos” dos direitos formais com pretensão de reconhecimento universal.

O papel da mediação nesse caso, mais que o de recuperação afetiva, é o de reafirmação cognitiva dos direitos para todos os seres humanos. A alternativa é o reconhecimento de todos os seres humanos como sujeitos morais e de direitos.

A terceira forma de desprezo é quando uma determinada forma de vida se considera indigna e se “ferem” os sentimentos de formas de vida diferentes, porque a alguém se considera “cigano” ou “latino-americano” ou “cristão” ou “muçulmano”. Esse desprezo vai contra os valores sociais individuais ou de grupo porque se lhe considera degradado, inferior, com menor honra, estatus etc. Produz uma *perda de estima nos próprios valores*. Assim, é melhor usar a língua dos colonizadores que a vernácula, ou vestir como eles etc. A alternativa é a solidariedade do grupo e com as diferentes formas de vida. A solidariedade tem elementos emocionais e cognitivos. A mediação tem que permitir que as partes recuperem os conhecimentos e a simpatia pela singularidade e qualidade insubstituível dos projetos de vida pessoais e coletivos uns dos outros.

Esses são os aportes que realizo partindo da reflexão filosófica para uma melhor compreensão da relação entre a mediação e o reconhecimento, no marco de uma concepção da transformação dos conflitos.



## Bibliografía

AUSTIN, J. L. **Palabras y Acciones. Cómo hacer cosas con palabras**, Buenos Aires, Paidós, 1971.

\_\_\_\_\_. **Ensayos Filosóficos**, Madrid, Revista de Occidente, 1975.

BOULDING, K. E. **Las tres caras del poder**, Barcelona-Buenos Aires-México, Ediciones Paidós, 1992.

BUSH, R. A. B. Y J. P. FOLGER. **The Promise of Mediation: Responding to Conflict through Empowerment and Recognition**, San Francisco, Jossey-Bass, 1994.

GILLIGAN, C. **La moral y la teoría. Psicología del desarrollo femenino**, México, Fondo de Cultura Económica, 1986.

HABERMAS, J. **Conciencia moral y acción comunicativa**, Barcelona, Península, 1985.

HONNETH, A. **Integrity and Disrespect: Principles of a Conception of Morality Based on the Theory of Recognition.**, *Political Theory*, 20(2), 187-201, 1992.

\_\_\_\_\_. **La lucha por el reconocimiento. Por una gramática moral de los conflictos sociales**, Barcelona, Crítica, 1997a.

\_\_\_\_\_. Reconocimiento y Obligación Moral, **Areté. Revista de Filosofía**, IX(2), 235-252, 1997b.

LEDERACH, J. P. **Educación para la paz. Objetivo escolar**, Barcelona, Fontamara, 1984.

\_\_\_\_\_. **Preparing for Peace: Conflict Transformation Across Cultures**, Syracuse (NY), Syracuse University Press, 1987.

MARTÍNEZ GUZMÁN, V. **Reflexions sobre l'home des de la Fenomenologia Lingüística de J. L. Austin**, *Millars*, XI(1-2), 19-30, 1986.

\_\_\_\_\_. Educación en valores como adquisición de hábitos, In.: **GENERALITAT VALENCIANA. CONSELL ESCOLAR VALENCIÀ, VIII Jornadas de Consejos Escolares autonómicos y del estado**, València, Generalitat Valenciana: 53-67,1997<sup>a</sup>

\_\_\_\_\_.Reconstruir la paz doscientos años después. Una filosofía transkantiana para la paz, **La paz en Kant doscientos años después**, València, Nau Llibres: 119-144, 1997b.

RAPOPORT, A. **Peace. An Idea Whose Time Has Come**, Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1992.

RODARI, G. **Gramática de la fantasía. Introducción al Arte de Inventar Historias**, Barcelona, Reforma de la Escuela, 1976.

\_\_\_\_\_. **Cuentos por teléfono**, Barcelona, Juventud, 1995.

STRAWSON, P. F. **Libertad y resentimiento**, Barcelona, I.C.E. UAB-Ediciones Paidós, 1995